

# JOVENS EM CONFLITO COM A LEI: SOB OS OLHARES E CUIDADOS INSTITUCIONAIS.<sup>1</sup>

Isabelle Melo Rocha<sup>2</sup>(UVA)

Profa. Maria Isabel S. Bezerra Linhares<sup>3</sup>(UFC)

Erlene Alves de Sousa<sup>4</sup>(INTA)

## RESUMO

O presente artigo originou-se de uma pesquisa ainda em andamento junto aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) em Sobral-Ce. Os questionamentos partiram da resistência das instituições quanto ao encaminhamento dos adolescentes na medida de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) no cotidiano dos acompanhamentos realizados. Desse modo, o objetivo geral da pesquisa foi apreender a visão dos sujeitos que acompanham os jovens na PSC no cotidiano de duas escolas. A pesquisa qualitativa exploratória e documental utilizou para a obtenção dos dados, entrevistas do tipo parcialmente estruturadas sendo realizada a análise dos discursos bem como, os diários de campos da observação participante. A contribuição que se almeja com este estudo é o enriquecimento do debate em torno das políticas públicas para adolescentes autores de atos infracionais e a sua efetiva operacionalização, num recorte do interior do estado do Ceará, como parte de uma realidade que pode ser compartilhada no restante do país.

**Palavras chaves:** Adolescente. Instituição. Medida Socioeducativa.

## INTRODUÇÃO

A recorrente associação entre adolescência e violência, representada, em sua grande maioria, na mera descrição dos delitos por parte dos meios de comunicação de massa, adquire uma grande repercussão que influencia direta ou indiretamente os discursos e práticas sociais.

---

<sup>1</sup> Este artigo é parte de minha monografia apresentada a Banca Examinadora do Curso de Bacharelado em Serviço Social, no Instituto Superior de Teologia Aplicada- INTA para obtenção do título de graduada em Serviço Social (2011).

<sup>2</sup> Graduada em Serviço Social, pós graduada em Atenção Integral à Saúde do Adolescente pela Universidade Estadual Vale do Acaraú- UVA, pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Culturas Juvenis (GEPCJU). E-mail: [belmrocha2@hotmail.com](mailto:belmrocha2@hotmail.com)

<sup>3</sup> Orientadora. Doutoranda em Sociologia, pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Professora do Curso de Pedagogia, pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Culturas Juvenis (GEPCJU). E-mail: [isabelblinhares@yahoo.com.br](mailto:isabelblinhares@yahoo.com.br)

<sup>4</sup> Graduada em Serviço Social, pós graduada em Atenção Integral à Saúde do Adolescente pela Universidade Estadual Vale do Acaraú- UVA. E-mail: [erileneas\\_social@hotmail.com](mailto:erileneas_social@hotmail.com)

Apesar dos vinte e um anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a execução das medidas socioeducativas (MSE) aplicadas ao adolescente autor de ato infracional, cuja finalidade é inibir a reincidência através de uma proposta pedagógica, constitui-se ainda num dos grandes desafios às políticas públicas no Brasil.

A discussão em torno da redução da maioria penal, em decorrência da aparente impunidade a que os jovens infratores são sujeitos no cumprimento das MSE, camufla as reais vítimas da violência no país. Os resultados do ‘Mapa da Violência 2011: os jovens do Brasil’, publicado pelo MJ/PR e Instituto Sangai, apresentam um crescimento de 148,8% no número de homicídios entre os jovens de 15 a 24 anos, sendo esta a principal causa de mortes da juventude no Ceará: 73,3% vêm a óbito por causas externas, ou seja, a violência, segundo divulgou o Jornal diário do Nordeste em: 25/02/2011.

Essa paradoxal realidade, ora representada nos discursos em torno da impunidade juvenil, ora nos altos índices de homicídios entre os jovens, demonstra a relevância das discussões e estudos em torno das políticas públicas para a juventude. Segundo Pais (1993), as problemáticas que regem a investigação aparecem associadas a significantes sociais, dessa forma, foram determinantes, na escolha do objeto desta pesquisa, as experiências junto aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas no Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) no município de Sobral-CE<sup>5</sup>.

O órgão supramencionado constitui-se numa unidade pública estatal, integrante do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), tendo como uma das suas atribuições o atendimento aos adolescentes em cumprimento de MSE em meio aberto, garantido pela Política Nacional da Assistência Social (PNAS, 2004).

O trabalho como agente institucional que ocorreu entre novembro de 2007 a janeiro de 2010, alimentou, dessa forma, a sede da realização de um trabalho intelectual, dando-lhe forma, e da então necessidade de explicá-lo (MILLS, 1981).

Segundo dados da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, de um total de 60 mil adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, pelo menos 46 mil estão em meio aberto e os demais em regime fechado. No Ceará são 1.800 de acordo com o primeiro Mapeamento Nacional das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (SDH, 2007). Em Sobral segundo dados do CREAS, em 2011, 52 adolescentes em Prestação

---

<sup>5</sup> Está localizado na região noroeste do estado do Ceará e possui a terceira economia do estado, com uma população de 175.814 habitantes (<http://www.sobral.ce.gov.br>.)

de Serviço à Comunidade (PSC), 10 em Liberdade Assistida (LA) e 9 em PSC e LA, somando um total de 70 adolescentes acompanhados pela instituição.

O foco a que destino o meu olhar surgiu a partir da resistência de algumas instituições quanto ao recebimento dos adolescentes em medida de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), ocasionando uma série de questionamentos, dentre eles, “qual a realidade dos jovens no cotidiano institucional?”

Conforme prevista no art.117 do ECA, a PSC consiste em serviços prestados gratuitamente pelo adolescente, por período não excedente a seis meses, junto a instituições como escolas, hospitais ou outros estabelecimentos. Possui caráter educativo, com o objetivo de que sua responsabilização se dê por meio de um processo de reflexão pelo trabalho e não de culpabilização.

As questões norteadoras deste trabalho partiram das complexas situações que se colocavam diariamente no relato da vida de cada um desses jovens, quando do atendimento no Fórum, durante o qual afirmavam que suas vidas eram cercadas por um processo de rejeição, em muitos casos, pela própria família, que eram tidos como suspeitos pela polícia, olhados com desconfiança pela comunidade, bem como estranhos e indesejados pelas instituições executoras da PSC.

A ausência de vínculos e o trabalho prestado pelos “*outsiders*” no cotidiano institucional despertaram nosso mundo interior, a fim de desejar compreender a visão dos funcionários que acompanham os adolescentes em prestação de serviço à comunidade, a partir do trabalho prestado na medida.

O Termo “*outsiders*,” foi utilizado por Norbert Elias em seu livro “Os Estabelecidos e os *Outsiders*” (2000), que retrata a relação de poder entre dois grupos de moradores da comunidade de Winston Parva, que não se diferenciam quanto a seu tipo de ocupação, religião, educação, nacionalidade, classe social, cor, raça, mas sim no que se refere ao tempo em que residiam na comunidade. O grupo estabelecido estigmatizava os moradores novos tratando-os como pessoas de valor inferior, como forasteiros, “os de fora.”

Desse modo, o objetivo geral da pesquisa é apreender a visão dos atores que acompanham os adolescentes na medida de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) no cotidiano de duas escolas. Os objetivos específicos são: investigar o olhar lançado pelos os funcionários da Escola Carlos Jereissati e da Creche Liza Pimentel sobre a juventude aqui

especificada, bem como a relação que se estabelece entre funcionários e os jovens, a partir dos serviços executados pelos jovens na instituição.

O artigo encontra-se dividido em 03 (três) partes. Na primeira a introdução, em seguida a metodologia e o trabalho de campo, situando o leitor sobre as vias para a investigação. Na segunda foram abordadas as representações sociais da juventude, conceituando adolescência a partir da leitura de diferentes autores como Oliveira C. (2001), Trassi (2006), Kehl (2004) e Diógenes (1998).

Na última parte a análise dos discursos dos funcionários da Escola Carlos Jereissati e da Creche Lizia Pimentel que acompanham ou acompanharam os adolescentes no cotidiano da prestação de serviço à comunidade, trazendo a discussão de Norbert Elias em seu livro os Estabelecidos e os outsiders.

### **1.1 Traçando o percurso: metodologia e trabalho de campo**

A apreensão da realidade a partir da minha experiência alimentou pensamentos marginais num processo de interiorização, em que a subjetividade se contrasta com algo que lhe é estranho, ao mesmo tempo em que lhe parece familiar. É o que Mills (1981) chama de “artesanato intelectual”, criado a partir de nossas experiências compondo, assim, um arquivo pessoal de interpretações que desejam ser enriquecidas pela interação com o outro.

Os dados qualitativos da pesquisa originaram-se, primeiramente, da observação participante e dos diários de campo oriundos do cotidiano de trabalho, em que a prática profissional não me privou de uma reflexão crítica da realidade, a partir das experiências que possibilitaram o acesso empírico aos acontecimentos inspecionados na sua diversidade, estabelecendo relações, observando informantes, transcrevendo falas, através de um esforço intelectual e vivências cotidianas que me transportaram a uma imaginação sociológica<sup>6</sup>. (GEERTZ,1989; MILLS,1981)

A pesquisa exploratória, que ocorreu entre novembro de 2007 a janeiro de 2010, como primeiro passo, deu-se com o levantamento das hipóteses construídas ao longo de dois anos de trabalho no CREAS, viabilizados pelo fato de ser estudante do curso de Serviço Social.

---

<sup>6</sup> Mills (1981) diz que a imaginação sociológica consiste na capacidade de transpor uma perspectiva, assumindo uma outra, e, durante o processo, estabelecer uma visão adequada de uma sociedade total de seus componentes.

A escolha das instituições para a realização do trabalho de campo foram as escolas, pois a familiaridade que os adolescentes tinham com esta proporcionava uma preferência na hora do encaminhamento. Por menor que fosse o bairro onde residiam, havia sempre uma escola próxima e conhecida na comunidade.

A partir das informações obtidas junto aos técnicos do CREAS, foram identificadas instituições<sup>7</sup> do bairro Sinhá Sabóia que aceitavam adolescentes e outras que se recusavam. Este fator foi relevante para a pesquisa, pois, através das diferentes experiências institucionais, foi possível investigar nos discursos o que leva à recusa ou à aceitação desses jovens no cotidiano escolar.

As visitas às instituições ocorreram em março e encerraram em maio de 2011, os interlocutores totalizam o número de cinco pessoas, divididos da seguinte forma: uma diretora e uma coordenadora pedagógica da Escola Municipal Carlos Jereissati, uma diretora, um vigia e um adolescente em seu dia de PSC na Creche Liza Pimentel. Os funcionários foram selecionados a partir do contato que estes possuíam com os jovens, o adolescente aqui entrevistado estava em seu dia de prestação de serviço na escola e a sua contribuição muito enriqueceu a pesquisa.

A entrevista, do tipo parcialmente estruturada, foi guiada a partir de pontos de interesse explorados ao longo do curso da pesquisa (GIL, 2002), seguida de pautas direcionadas por esta pesquisadora, sendo alguns dos pontos: Adolescente autor de ato infracional, qual a sua visão; O que são as medidas socioeducativas; Relação da escola com o adolescente; Serviços prestados pelo jovem na instituição; Como se dá o processo de conclusão.

Ressalta-se que todos os sujeitos incluídos na pesquisa participaram de entrevistas semi estruturadas, que foram reformuladas conforme as necessidades que surgiram ao longo das pautas, originando-se novas perguntas de acordo com o campo em que se situavam. Salienta-se, ainda, que seus nomes originais foram preservados, identificados assim pelos os cargos ocupados institucionalmente.

A análise dos discursos, que tiveram as gravações como auxílio, foi interpretada a partir da perspectiva de Foucault no nível da existência das palavras, “recusando explicações unívocas, as fáceis interpretações e igualmente a busca insistente do sentido último ou do sentido oculto das coisas” (FISCHER; 2001, p.198).

---

<sup>7</sup> Apesar de o bairro possuir outras escolas as duas aqui escolhidas foram as únicas que encontramos disponibilidade por parte dos gestores em participar da pesquisa.

A partir disso, compararam-se falas e transcreveram-se diários de campo das visitas, a partir daquilo que não foi falado nas entrevistas, mas que foi percebido nas práticas cotidianas das instituições, na medida em que as palavras, de acordo com a perspectiva foucaultiana, são também construções de práticas. De acordo com Fischer (2001, p.199), “o pensador mostra explicitamente que há duplo e mútuo condicionamento entre as práticas discursivas e as práticas não discursivas”.

A pesquisa documental foi também utilizada, pois proporciona uma visão mais ampla do fenômeno através da verificação de outros meios (GIL, 2002). A análise de dados estatísticos, jornais, mapeamentos, exigiu um esforço investigativo desta pesquisadora, que não se deteve à aparente imagem como algumas informações se apresentaram.

## **2- Adolescência como idade “crítica”**

De acordo com o ECA, considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal, sendo inimputáveis os menores de dezoito anos<sup>8</sup> sujeitos às medidas de proteção e ao devido processo legal que não o descaracterizam dos seus direitos. Dessa forma, a nova proposta rompe com a concepção histórica e social do adolescente como patologia, sendo-lhe imputado o cumprimento de medidas socioeducativas.

As medidas socioeducativas (MSE), conforme os princípios do Direito têm natureza jurídica impositiva, sancionatória e retributiva. São sanções que, sobretudo, funcionam como instrumentos pedagógicos, e seu caráter retributivo visa à reposição do *status quo*, infligindo ao infrator a reparação do dano praticado, inibindo a reincidência.

O encargo da reinserção social do adolescente autor de ato infracional não se restringirá apenas à responsabilidade do Estado, mas será prioritariamente da família, bem como da sociedade em geral. Esta mudança, segundo Simões (2009), decorre da convicção científica de que somente por meio da reinserção familiar e de atividades educativas que proporcionem a profissionalização em regime comunitário, é que o adolescente pode reintegrar-se socialmente.

O ECA considera o adolescente pessoa em condição peculiar de desenvolvimento, sua subjetividade e maturidade estão em pleno processo, não podendo ter o mesmo grau de discernimento de um adulto. Esse espaço indefinido caracterizado pela faixa etária em que

---

<sup>8</sup> De acordo com o ECA, é considerada adolescente a pessoa entre doze e dezoito anos. (art.2º)

não se é criança e nem adulto pelas as políticas públicas, me leva a questionar que lugar verdadeiramente esse jovem tem ocupado na sociedade, que construções sociais têm carregado, o que de fato caracteriza a adolescência.

Para Oliveira C. (2001), o adolescente, em nossos dias, enfrenta uma indefinição quanto ao seu lugar na sociedade, uma situação de “inacabamento”, “Esta indecisão subjetiva se faz acompanhar de uma incerteza social, uma vez que, dependendo das circunstâncias, a família e as instituições reconhecem o adolescente ora como criança, ora como adulto”. (*ibid.*, p.33)

Esta condição de “sem lugar” enfrentada pelo adolescente é caracterizada pela mesma autora como um fenômeno ocidental moderno (*ibid.*, p.34), como fruto produzido pela passagem da sociedade tradicional à modernidade, em que os papéis dentro da família foram alterados e redefinidos a partir do século XIX, com o advento da produção industrial.

A adolescência é marcada por uma série de variáveis. Dentre as mais conhecidas, podemos representá-la como uma etapa da vida, ligada ao desenvolvimento biológico, como rito de passagem, como faixa etária ou mesmo como determinações subjetivas que, de acordo com Trassi (2006), são, por todas essas e por muitas outras variáveis, historicamente ou circunstancialmente conectadas.

Para Pais (1993), determinadas fases da vida são identificadas, enquanto tal, em determinados períodos históricos, principalmente quando esses períodos remetem a fases da vida tidas como geradoras de problemas sociais. A adolescência só passou a ser “vulgarmente” reconhecida como fase da vida quando, na segunda metade do século XIX, os conflitos e tensões a ela ligados a colocaram como objeto de reconhecimento social.

Esses “espaços” que ocupam os adolescentes em nosso mundo nos levam a pensar a adolescência como uma “idade crítica” (KEHL, 2004), compreendida como parte de uma produção histórica, social e cultural do nosso tempo, em que a categoria juventude passa por um processo de “manipulação”, definindo-se a um grupo determinado por “faixas de idades”, vinculado a “interesses comuns”. (PAIS, 1993; BOURDIEU, 1983)

A definição da cultura Juvenil, nos termos acabados de descrever, é, como qualquer mito, uma construção social que existe mais como representação social do que como realidade. (PAIS, 1993, p. 36)

Para Diógenes (1998, p.94), “essa pluralidade conceitual” que o termo juventude carrega revela a “complexidade da experiência juvenil”, marcada pela transitoriedade não só

pela passagem entre o “que se é e o que deverá ser”, mas pelo caráter fluido dos acontecimentos na era da modernidade.

Essa complexidade (incerteza quanto ao seu lugar, indecisão subjetiva, fase crítica, aliada ao tédio, a insatisfação sexual, sob alta carga hormonal, dependência familiar e falta de funções na sociedade) surge como uma “nova forma de ser” (ABRAMOVAY, 2010), produzindo o que Kehl (2004) chama de “fatia de mercado”, em que o jovem se torna alvo do mundo capitalista, que o valoriza e dissemina uma cultura adolescente pautada no hedonismo, narcisismo e autocentramento.

Ser jovem virou slogan, virou clichê publicitário, virou imperativo categórico, condição para se pertencer a uma certa elite atualizada e vitoriosa. Na sociedade pautada pela indústria cultural, as identificações se constituem por meio de imagens industrializadas. (KEHL 2004, p. 92, 93)

Essa imagem produzida pela cultura de massa, baseada no consumismo desenfreado, funciona como “incitação ao desejo”, no qual as “identidades locais fixas” desaparecem para dar lugar às “identidades globalizadas flexíveis”, que se transformam a bel-prazer do movimento do mercado, com a mesma velocidade. (OLIVEIRA, C., 2001)

O consumo passa a ser “signo de inclusão”, mas também de “destituição” (OLIVEIRA, C., 2001) das camadas mais pobres da população, “onde as metas culturais ligadas ao êxito e à ascensão social são buscadas a partir de diferentes alternativas que nem sempre se inserem no universo das normas sociais vigentes” (VOLPI, 2001, p.42), favorecendo, assim, o aumento da violência por aqueles que se vêem excluídos pela “via da imagem” e das possibilidades de serem consumidores em potencial (KEHL, 2004).

O que está permanentemente evocado pelo adolescente suburbano em suas escolhas de ingresso na criminalidade é a esperança de uma mudança de lugar pelo acesso ao significante dinheiro como mediador do reconhecimento buscado. Delinqüente juvenil é o adolescente desalojado que busca de forma exacerbada um atalho de reconhecimento. (OLIVEIRA, C., 2001, p.61e 63)

O que parece identificar a delinqüência juvenil é o acesso ao que lhe foi “roubado” pelas vias de uma “apreensão violenta”, para buscar uma “inclusão às avessas” no mundo onde ele adquira visibilidade e reconhecimento. Nesse sentido, Oliveira, C. (2001, p.63) afirma que o ato delinqüente “não é apenas um sintoma individual, mas uma interpelação à sociedade”. “É assim que a experiência marginal força o reconhecimento e a inscrição do

jovem de periferia na cultura, o que não deixa de ser uma re-escritura do pacto civilizatório que só tem vigência e legitimidade enquanto reconhecido pela maioria”. (OLIVEIRA, C., 2001, p.63)

### **3. Adolescentes em prestação de serviço à comunidade: os *outsiders* no discurso institucional.**

Iniciar uma pesquisa requer, antes de qualquer coisa, estar pessoalmente envolvido com algo que lhe traz significado ao pesquisar, algo que o arrebatava das situações que pareciam ser puramente corriqueiras e abstratas, a estabelecer hábitos de autorreflexão. Um campo em que as idéias e perguntas buscam conexões com as possíveis respostas, para, então, tentar apenas compreender o porquê das coisas e como elas acontecem.

No contato estabelecido com diversas instituições, para encaminhamento dos adolescentes, no cotidiano dos atendimentos, muitas questionavam e diziam “por que logo aqui?”, como se estivessem fazendo algum mal ou como se as tivessem punindo com o encaminhamento, ou, quando não, perguntavam que tipo de ato infracional os jovens haviam cometido, para, só então, aceitá-los. Algo que me inquietava era o fato de, em algumas instituições, receberem adultos para prestar serviço e se negarem a receber adolescentes.

Foi, então, a partir desses questionamentos oriundos das experiências com os adolescentes na PSC no CREAS, que foram dados os primeiros passos para a pesquisa. Apesar de recorrer a algumas falas dos jovens, escolhi as instituições como foco, com o objetivo de perceber o olhar institucional, a partir do discurso daqueles que acompanham e monitoram os serviços realizados pelos adolescentes em seu cotidiano.

A primeira escola a ser visitada foi a Escola Municipal Carlos Jereissati (ECJ). Lá, a diretora me recebeu com bastante satisfação, por ter escolhido a escola como fonte de pesquisa, e se prontificou a responder todas e quaisquer perguntas sobre os jovens em cumprimento de medida, prontificando-se, inclusive, em justificar, “onde quer que seja”, os motivos pelos quais se dá a recusa. Quando questionada sobre a possibilidade de outros funcionários participarem da entrevista, a mesma liberou apenas a coordenadora, pois, segundo ela, era uma das poucas pessoas que acompanharam os jovens infratores mais efetivamente.

A presença dos adolescentes na escola, de acordo com o relato da diretora I<sup>9</sup>, causava certo “fuxico”, pois movimentava os alunos, que, a todo momento “iam atrás”, reconhecendo-o como uma espécie de líder. Na outra experiência citada, o adolescente, nas “poucas vezes que apareceu”, ocasionou uma concentração de jovens à porta da instituição, para matá-lo, pois o mesmo residia em um bairro vizinho tido como inimigo pelos jovens, tendo que sair escoltado pela polícia, motivos pelos quais se deu a recusa do encaminhamento.

Na Creche Liza Pimentel (CLP), o único adolescente em prestação de serviço foi aceito porque a diretora já o conhecia anteriormente à medida, motivo que a leva a recebê-lo pela segunda vez na instituição. Sobre a possibilidade de serem encaminhados outros jovens, a diretora relatou: “quiseram, mas eu não quis não. Ele fica aqui pertinho eu já sei como é ele.”

As experiências relatadas revelam duas diferentes realidades, que estão na recusa e na aceitação do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa no cotidiano escolar, diferenças que revelam paradoxalmente um quadro de continuidades, que está no olhar lançado sobre esse “outro” que aqui chamaremos de *outsider*. (ELIAS, 2000)

Para Norbert Elias (*ibid.*, p.22 e 23), o grupo estabelecido “tende a atribuir aos *outsiders* as características ruins de sua porção pior,” enquanto atribui a si mesmo o caráter de bondade. A “sociodinâmica da estigmatização” retratada pelo autor está ligada ao estigma lançado pelo grupo estabelecido sobre os *outsiders*, em que estes são tratados como uma “espécie inferior,” pessoas do lado “de lá,” fazendo-se prevalecer a “possibilidade de um grupo afixar em outro um rótulo de inferioridade humana.” (*ibid.*, p.23)

Os estabelecidos, na nossa pesquisa, são o público referenciado pelas escolas, no caso, seus alunos, que, a todo momento, são comparados com os jovens em PSC. Os *outsiders*, por sua vez, são os adolescentes infratores, reconhecidos nas falas como “o outro”, “o menor”, “bichim”, “bonzinho,” enfim, pessoas a que é atribuído o caráter de inferioridade humana, reconhecidos a partir de uma estigmatização grupal.

Os adolescentes em cumprimento de medida são vistos pela diretora da ECJ como má influência aos outros alunos, que, segundo ela, estão à “beira do precipício”, relatando as diversas situações do cotidiano escolar, como gravidez precoce, briga entre adolescentes, uso

---

<sup>9</sup> A diretora da Escola Carlos Jereissati é identificada como diretora I pelo fato de existir outra diretora na pesquisa com os funcionários das instituições, no caso a diretora II da Creche Liza Pimentel.

de drogas etc., condições em que o admirado entre os alunos da escola não é o aluno nota dez, mas o “filho do traficante”, que tem à sua volta uma “procissão”<sup>10</sup> a admirá-lo<sup>11</sup>.

Os alunos da escola compartilham de situações semelhantes ao do “menor”, a diferença entre esses dois públicos está na afirmação da coordenadora: “não existe nenhum aluno do colégio que cumpra medida”.

A evitação de qualquer contato social mais estreito com os membros do grupo *outsider* tem todas as características emocionais do que, num outro contexto, aprendeu-se a chamar de “**medo da poluição**”. Como os *outsiders* são tidos como anônimos, o contato íntimo com eles faz pairar sobre os membros do grupo estabelecido a ameaça de uma “infecção anômica. (ELIAS, 2000, p.26, grifo nosso).

A diretora II, da CLP, falou que o adolescente encaminhado à escola é “uma pessoa muito boa, educada”, mas o serviço prestado pelo jovem na instituição só é realizado aos fins de semana e sem vínculo com nenhum outro funcionário a não ser o vigilante. Quando o jovem precisa ir à escola durante a semana, não é permitido nenhum tipo de contato com as crianças da creche. Segundo ela, o jovem “trata todo mundo bem, fica sentadinho ali, conversa muito pouco... Só que eu não digo a ninguém que ele é da justiça, não deixo as crianças ter contato não.” (Diretora II - *sic*)

Ser “da justiça”, cumprir medida socioeducativa, carrega o peso do estigma grupal atribuído aos adolescentes em prestação de serviço nas escolas. A negatividade que o termo carrega os impossibilita de algum tipo de ressignificação de valores<sup>12</sup> ou mesmo da realização de atividades que estão conforme a sua aptidão<sup>13</sup>, suas habilidades. Seus desejos, suas potencialidades são anuladas pelo olhar do grupo estabelecido, que os vê como “indignos de confiança, indisciplinados e desordeiros.” (*ibid.*, p.27)

Diante da cerca invisível em volta desse “outro” na escola, que o impede de se aproximar ou de estabelecer relações intramuros, a diretora I relatou: “não tratavam mal ninguém, nunca tivemos problemas, não era risco”. O risco mais citado para a recusa do

---

<sup>10</sup> A entrevistada citou esta expressão para justificar a admiração dos alunos da escola em torno de outro adolescente. Segundo o dicionário Aurélio, procissão é o acompanhamento ou cortejo religioso.

<sup>11</sup> Em entrevista à Folha de São Paulo (2004), Zaluar chama este fenômeno que acontece entre os alunos da ECJ de etos da hipermasculinidade, em que alguns se deixam seduzir por uma imagem da masculinidade associada ao uso da arma de fogo e ao envolvimento com o tráfico, como necessidade de uma admiração por meio do medo imposto aos outros.

<sup>12</sup> Termo utilizado pela redação da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009) sobre os serviços realizados pelo CREAS aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.

<sup>13</sup> Termo utilizado pelo ECA para designar a Prestação de Serviço à Comunidade (art.117)

encaminhamento não foi a segurança da escola, mas sim a influência que o jovem infrator pode exercer sobre os outros alunos.

O “menor” é somado junto com os outros problemas da escola e é considerado pela diretora I como “peso” lançado pela justiça, que “não faz a parte dela e joga em cima da escola” sua responsabilidade. A fala revela o desconhecimento ao que se refere às propostas das medidas socioeducativas e aos papéis desempenhados pela gama de atores e instituições que compõem a rede de proteção ao adolescente autor de ato infracional. Desconhecimento esse que acompanha o percurso do jovem na instituição, principalmente no que se refere à execução dos serviços prestados, que pouco consideram suas habilidades e aptidões.

O controle das atividades por meio das funções realizadas solitariamente sujeita o adolescente ao que Foucault (1997) chamou de “maquinaria do poder”, reduzindo o corpo à desarticulação e à dominação, refletindo no olhar que este tem de si mesmo. (*ibid.*, p.133)

Capinava... Lavar banheiro, nunca, porque tinha medo de entrar alguma das crianças e, eu sei lá se estrupa, faz uma coisa. Nada de ajudar na merenda, com medo de botar uma droga ali... Só capinar e varrer, varrer só depois do expediente. (Diretora I - *sic*)

Varre, passa pano, bota água nas plantas. (Diretora II)

Pelo menos, o rapaz aqui, quando ele vinha pra cá, ele era calado, me ajudava aqui na pintura, aguava as plantas... Aí é todo tempo calado. (Vigilante - *sic*)

Foucault (1997) chamou de disciplina o controle minucioso do comportamento através de métodos que realizam a sujeição constante do indivíduo e de suas forças. A “mecânica do poder” é gestada através de um sistema de coerções refletido no trabalho sobre o corpo, numa espécie de “manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos”. (*ibid.*, p.133)

O corpo como “alvo do poder” é retratado nas falas dos entrevistados como recurso a uma desejada obediência e submissão, que só são permitidas pelo trabalho, esse realizado através de serviços distribuídos em “local heterogêneo a todos os outros e fechado em si mesmo” (*ibid.*, p.137), em que o não contato, o isolamento nas atividades, através de uma vigilância constante, projeta uma organização e domesticação do corpo através da “ordem” imposta. (*ibid.*, p.133 e 143)

É preciso anular os efeitos das repartições indecisas, o desaparecimento descontrolado dos indivíduos, sua circulação difusa, sua coagulação

inutilizável e perigosa; tática de antideserção, de antivadiagem, de antiaglomeração. (FOUCAULT, 1997, p. 138)

A última pauta da entrevista com os funcionários se deteve a apreender como se dá o processo de conclusão da medida e como visualizam as mudanças ocorridas na vida dos jovens:

Eles têm é que educar o menor... Eles não estão precisando de serviço não, eles tão precisando ser socializado pra um emprego, pra sair dali de dentro e arranjar um emprego lá fora. Negócio de capinar, essas coisas, não vai levar ele a nada, não... Muda nada, não adianta nada, é mesmo que nada. (Diretora I - *sic*)

O trabalho ligado ao significante dinheiro e como possibilidade de reconhecimento social surge nos discursos como caminho inevitável para o exercício da cidadania. Para Soares (2004, p.142, grifo nosso), “há uma fome mais funda que a fome, mais exigente e voraz que a física: a fome de sentido e de valor; de reconhecimento e acolhimento; fome de ser, sabendo-se que **só se alcança ser alguém pela mediação do olhar alheio** que nos reconhece e valoriza.”

O adolescente entrevistado na CLP afirmou que seu maior sonho é “viver igual a todo mundo, ir pros canto sem olhar pra trás, sem tá com medo de nada” (*sic*). Sobre ter um trabalho, completou: “vontade, todo mundo tem, de trabalhar”. O sonho que pra muitos é natural, para o adolescente infrator, viver “**igual a todo mundo**” (**grifo nosso**) significa muito mais do que ter apenas um emprego ou mesmo um salário, remete-nos a valores como dignidade, respeito, reconhecimento, enfim, possuir uma identidade.

Os *outsiders* a partir do discurso institucional são reconhecidos por uma estigmatização grupal (ELIAS, 2000), que os desqualificam de suas qualidades individuais e que tem, na representação do trabalho solitário, o reflexo do olhar alheio, que o priva de qualquer contato que este possa possuir com os estabelecidos, possuindo, de acordo com os próprios entrevistados, o trabalho produtivo e assalariado como passaporte para uma efetiva cidadania.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo este trabalho como um processo inacabado, as hipóteses levantadas a partir da resistência das instituições quanto ao encaminhamento dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, somadas ao retorno como pesquisadora abriu um leque de novos

questionamentos, que se colocava a cada discurso dos diferentes informantes, que, por sua vez, falavam a partir do campo no qual estavam inseridos.

A política reconhecida no ECA e reafirmada no SINASE para adolescentes autores de atos infracionais constitui-se num avanço, se comparada às antigas legislações para a infância, mas o abismo entre a lei e a sua aplicabilidade na experiência aqui investigada revela um quadro de continuidades do caráter “desviante” e da “situação irregular” dos códigos anteriores.

A cultura gestada na institucionalização dos desviantes coloca um desafio às políticas públicas voltadas para os adolescentes infratores, em cuja execução a sociedade dos estabelecidos também fragmenta, tal como as políticas, a inclusão e a “ressocialização” do infrator no espaço, privando-os de uma possível “mistura” com a massa que os reconhece por uma identidade coletiva e como pertencentes a um determinado grupo tido como inferior, que, assim como Elias (2000), chamamos de *outsider*.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Mirian. **Gangues, gênero e juventudes: donas de rocha e sujeitos cabulosos**. Edição I. Distrito Federal (Brasília) SDH- Secretaria de Direitos Humanos, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. **Questões da Sociologia**. Rio de Janeiro: marco zero, 1983.
- BRASIL, Presidência da República. **Estatuto da Criança e do adolescente - ECA**, Lei Federal 8.069, de 13/07/90.
- BRASIL, Ministério do Desenvolvimento de Combate a Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social. **Centro de Referência Especializado de Assistência Social-CREAS**. Guia de Orientação Nº1. (1ª versão). Brasília: mimeo, 2006
- BRASIL, **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo- SINASE**/Secretaria Especial dos Direitos Humanos-Brasília-DF:CONANDA, 2006.
- BRASIL, **Mapeamento Nacional de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto**- Secretaria Especial dos Direitos Humanos/Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente -Brasília-DF, 2007.
- BRASIL, **Levantamento Nacional do Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei** Secretaria Especial dos Direitos Humanos/Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente -Brasília-DF, 2009.
- DIÓGENES, Glória. **Cartografias da cultura e da violência. Gangues, galeras e o movimento hip hop**. São Paulo: Annablume, 1998.
- ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os Outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar., 2000.
- FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Foucault e a análise do discurso em educação**, Faculdade de Educação e Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Cadernos de Pesquisa, n. 114, 2001 p.197- 223.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- GEERTZ, Clifford: **A interpretação das culturas**, Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1989.

- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed.-São Paulo : Atlas 2002.
- KEHL, 2004. A juventude como sintoma da cultura. IN: NOVAES, Regina (org.) VANNUCHI, Paulo (org.) **Juventude e Sociedade Trabalho, educação, cultura e participação** Edição:1ª Editora: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- MILLS,Wright. **A imaginação sociológica**. 10. Ed. Rio de Janeiro: ZAHAR,1981.
- MINAYO, Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 20. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- OLIVEIRA. Carmen Silveira. Sobrevivendo no inferno: **A Violência Juvenil na Contemporaneidade**. Porto Alegre. Sulina. 2001
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **O trabalho do antropólogo**. 2º Ed, Brasília/São Paulo: paralelo15/Editora da UNESP, 2000.
- PAIS, José Machado (1993), **Culturas Juvenis**, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Diário do Nordeste, **Homicídio é a principal causa da morte de jovens**, , Fortaleza-CE, 25/02/2011, Cidade p.12.
- POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – PNAS**, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social por intermédio da Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004 e publicada no Diário Oficial da União – DOU do dia 28 de outubro de 2004.
- SIMÕES, CARLOS **Curso de direito do serviço social**. 3 ed.rev. e atual.-São Paulo:Cortez, 2009.
- SOARES, 2004. Juventude e violência no Brasil contemporâneo.IN: NOVAES, Regina (org.) VANNUCHI, Paulo (org.) **Juventude e Sociedade Trabalho, educação, cultura e participação** Edição:1ª.Editora: Fundação Perseu Abramo. 2004.
- SOBRAL, **Prefeitura Municipal de Sobral**, site: <http://www.sobral.ce.gov.br>, acessado em:10/01/2011.
- TRASSI, Maria de Lourdes. **Adolescência violência desperdício de vidas**. Ed. Cortez, São Paulo, 2006.
- VOLPI, Mario. **Sem liberdade, Sem direitos: a experiência de privação de liberdade na percepção dos adolescentes em conflito com a lei**. São Paulo: Cortez, 2001.
- VOLPI, Mário. **O adolescente e ato infracional** (org)-7.ed.-São Paulo: Cortez, 2008
- ZALUAR, Alba. **Violência extra e intra muros**. Revista Brasileira de Ciências Sociais-Vol.16 nº45 Fevereiro/2001.p.145-164